

**CONV 290/02****WG IV 12****NOTA**

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos Nacionais (Grupo IV)
Assunto:	Síntese da reunião de 19 de Setembro de 2002

---

1. O Grupo procedeu a uma troca de impressões sobre medidas que podem ser tomadas a nível europeu para fomentar e facilitar a introdução de melhorias nos sistemas nacionais de controlo parlamentar, tendo discutido igualmente o projecto de relatório do Grupo de Trabalho sobre a Subsidiariedade (WD 19 do WG I, distribuído na reunião e por correio electrónico). Procedeu ainda a uma troca de opiniões sobre o papel ou papéis e forma(s) que podem assumir os mecanismos multilaterais a nível europeu em que haja participação dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu.

**Medidas a nível europeu que podem fomentar e facilitar a introdução de melhorias nos sistemas nacionais de controlo parlamentar:**

2. Como introdução ao debate, o Comissário Michel Barnier fez uma exposição sobre a implementação do Protocolo relativo ao Papel dos Parlamentos Europeus anexo ao Tratado de Amesterdão (ver também WD 12 de 12 de Julho de 2002), centrada em torno de quatro questões:
  - i) Qual o objectivo do protocolo?
  - ii) A implementação do protocolo retardará o processo de tomada de decisões?
  - iii) As disposições do protocolo facultam aos parlamentos nacionais as informações de que estes necessitam?
  - iv) Haverá necessidade de alterar o protocolo?

3. Foi sublinhado que as disposições do protocolo facilitam o controlo parlamentar, mas que o modo como este está organizado (e a sua eficácia) dependem das relações constitucionais entre o parlamento e o governo. Recordou-se ainda que os mecanismos e a projecção (extensão do controlo ao segundo e terceiro pilares) variam de país para país. O prazo de seis semanas entre uma proposta legislativa e a data em que esta é inscrita na ordem do dia do Conselho não retarda o processo de tomada de decisões, que, na maior parte dos casos, se mede em meses (ou mesmo em anos) e não em semanas (chamou-se também a atenção para o facto de apenas um número restrito de decisões não se inscrever no âmbito do processo de co-decisão, requerendo apenas uma decisão do Conselho). As medidas urgentes poderiam ser tratadas num prazo mais curto, mas este tipo de medidas é raro (por exemplo, depois das recentes cheias, o prazo de estabelecimento de um fundo de catástrofes foi de quatro semanas). A transparência do trabalho do Conselho, e a eventual participação de deputados nacionais em delegações nacionais, poderia aumentar a compreensão e reduzir os receios expressos por alguns deputados nacionais no que toca aos "acordos provisórios" alcançados durante o processo deliberativo, antes do termo do controlo parlamentar nacional.
4. Quanto à comunicação das informações aos parlamentos, função que actualmente cabe aos governos, a Comissão estaria disposta a assegurá-la directamente, desde que os governos não se oponham. O protocolo prevê também o envio de documentos de consulta, domínio em que a Comissão já pratica um processo de consulta alargado através da Internet e em que poderá prever igualmente o envio directo aos parlamentos nacionais. Até à data, poucos foram os parlamentos nacionais a aproveitar a oportunidade de responder a consultas abertas, tendo sido salientado que este poderia ser um modo de exercer influência numa fase muito precoce. As propostas avançadas em reuniões anteriores para que os parlamentos nacionais sejam consultados durante o processo de planeamento estratégico da UE terão de ser sujeitas a uma análise mais profunda. Embora a implementação do protocolo pareça estar a funcionar bastante bem, a Comissão estaria pronta a analisar todas as alterações propostas ao protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão, não deixando porém de observar que o protocolo só pode contribuir para melhorar as condições de controlo a nível nacional. O reforço das relações informais e o recurso a audições (que poderiam incluir a Comissão) poderiam também fazer progredir o processo e familiarizar os deputados nacionais com os assuntos europeus.

5. Durante os debates, salientou-se que, embora fosse inadequado indicar o modo como os governos e os parlamentos nacionais devem relacionar-se, poderiam determinar-se, a nível europeu, algumas condições básicas de referência e propor, a título de exemplo, alguns critérios mínimos de controlo parlamentar. Alguns membros do Grupo insistiram que os parlamentos nacionais têm poderes para fiscalizar a acção do governo e controlar as posições relativas aos assuntos europeus, mas que nem sempre exercem plenamente esse direito. Foi sublinhado que seria crucial que os parlamentos nacionais aprofundassem os seus conhecimentos específicos no domínio dos assuntos europeus.
6. Alguns sugeriram que em vez de se promover a participação directa dos parlamentos nacionais nos trabalhos do Conselho, conforme sugerido por um dos membros, se deveria estudar de que modo se poderiam aumentar os contactos entre os deputados nacionais e os deputados europeus, por exemplo, alargando as possibilidades de os deputados europeus assistirem a reuniões dos parlamentos nacionais (ou de assembleias parlamentares regionais). Alguns membros frisaram a necessidade de se melhorar a coordenação entre os calendários parlamentares nacionais e europeu, através eventualmente de uma maior sincronização das "semanas brancas" do PE reservadas para trabalho junto dos eleitores e da participação em sessões dos parlamentos nacionais. Outra possibilidade seria a organização simultânea em todas as capitais de "semanas europeias". Houve quem acrescentasse que este tipo de actividades poderia estar coberto pela proposta de alguns membros, no sentido de os comissários participarem em audições junto dos parlamentos nacionais.
7. Alguns membros manifestaram interesse na possibilidade de os parlamentos nacionais serem consultados no âmbito da programação legislativa anual da Comissão ou da programação estratégica da UE.
8. O Grupo acolheu favoravelmente a proposta de um dos seus membros de se consignar no tratado (eventualmente no preâmbulo) o papel a desempenhar pelos parlamentos nacionais na UE e de exigir aos Estados-Membros que declarem ter havido um controlo parlamentar adequado, em conformidade com as respectivas obrigações constitucionais nacionais, antes das reuniões de carácter legislativo do Conselho. Além disso, o protocolo ao novo tratado deveria conter regras relativas ao envio de documentos e outras informações. Vários membros sugeriram que o Protocolo relativo ao Papel dos Parlamentos Nacionais anexo ao Tratado de Amesterdão fosse alterado por forma a dispor que a Comissão enviaria directamente os documentos aos parlamentos nacionais (complementarmente ao envio aos governos). Foi ainda sugerido por alguns que se consignasse no protocolo que o Conselho não poderia começar a analisar as propostas da Comissão nas primeiras quatro semanas depois de as ter recebido, sugestão esta considerada demasiado restritiva por outros, que entenderam que a apresentação de propostas e uma primeira troca de impressões deveriam ser autorizadas durante este período.

## **Discussão do relatório do Grupo de Trabalho sobre a Subsidiariedade (Grupo I)**

9. O Grupo procedeu a uma troca de opiniões sobre o projecto de relatório do Grupo de Trabalho sobre a Subsidiariedade (WG I), que consta do WD 19 desse Grupo. Em geral, os membros mostraram-se satisfeitos com o relatório, que reflecte amplamente os pontos de vista do WG IV sobre o papel dos parlamentos nacionais no controlo do princípio da subsidiariedade. O sistema de alerta rápido foi considerado uma inovação e vários membros congratularam-se pelo facto de o mecanismo ser simples, não criar um novo organismo e não retardar o processo decisório. Alguns membros teriam gostado que tivesse havido um reconhecimento explícito da estreita relação entre o princípio da subsidiariedade e o princípio da proporcionalidade. Foi ainda observado que, uma vez que os textos são frequentemente alterados durante o processo, seria importante que os parlamentos nacionais continuassem a exercer o seu papel de fiscalização da acção governativa ao longo de todo o processo legislativo.
10. Alguns membros declararam que gostariam que se reforçasse o sistema proposto e sugeriram que fosse claro que, em caso de recurso em tribunal, os actos não poderiam entrar em vigor antes de pronunciada a decisão judicial. Foi ainda sugerido que a decisão do tribunal deveria ser pronunciada dentro de um determinado prazo, que deveria ser curto, por exemplo um mês. Vários membros propuseram que deixasse de se estabelecer uma relação entre a necessidade de parecer fundamentado em fases anteriores e o direito de recurso ao tribunal. Alguns membros sugeriram que os parlamentos nacionais também sejam consultados sobre o programa legislativo anual da Comissão e que a COSAC poderia desempenhar um papel neste particular. No entanto, esta última sugestão não reuniu consenso, tendo alguns membros posto em questão a representatividade da COSAC, apesar de terem salientado que esta instância pode vir a desempenhar um papel no intercâmbio de informações entre parlamentos.

### **Papel ou papéis e forma(s) que podem assumir os mecanismos multilaterais a nível europeu em que haja participação dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu**

11. O Grupo procedeu a uma troca de impressões relativamente ao momento e às questões em que os parlamentos nacionais se reunissem, entre si ou com o Parlamento Europeu, bem como sobre o formato que deveriam assumir esses mecanismos.

12. Vários membros referiram-se à inovação da anterior e da actual Convenção, sublinhando a utilidade de que haja participação dos parlamentos nacionais e do PE, e sugeriram que o método de convocação de uma convenção seja formalizado na estrutura institucional da UE.
13. Alguns deles propuseram que seja conferido aos parlamentos nacionais um papel mais importante na constituição da agenda política da UE, através de um mecanismo que lhes permita receber (talvez na mesma altura do PE) o programa plurianual do Conselho e, eventualmente, reunir num congresso sobre o assunto. Foi igualmente sugerido que essa instância, que poderia ser um congresso ou assumir outra forma, poderia receber um relatório sobre o estado da União e discuti-lo. Outros sugeriram que poderia também desempenhar um papel nas nomeações de chefes, legitimando, por exemplo, a nomeação do Presidente da Comissão (ou da UE, em caso de alteração do sistema). Alguns membros frisaram que um mecanismo do tipo de um congresso não deveria ter poderes legislativos. Foi ainda proposto que o congresso (ou outra instância) se reunisse uma vez por ano.
14. Vários membros insistiram no pedido de que haja mecanismos consultivos inter-parlamentares, salientando que tal pode contribuir consideravelmente para colocar os assuntos europeus na primeira linha das preocupações de cada parlamento nacional e tendo chamado a atenção para o papel actual e potencial da COSAC nesta matéria. Alguns defenderam que a COSAC deveria continuar a ser um mecanismo de carácter meramente consultivo, embora pudesse ser mais utilizada para consultas a nível sectorial, reunindo representantes de comissões sectoriais. Foi, a propósito, destacada a importância dos contactos com as Comissões do PE. Alguns sugeriram ainda que a COSAC deveria ter uma palavra a dizer na consulta sobre o programa legislativo anual da Comissão. Vários membros sublinharam também que se a COSAC deixasse de existir, as suas funções consultivas teriam de ser assumidas por outro mecanismo. Alguns sugeriram que a COSAC fosse reforçada com a criação de um pequeno secretariado permanente. No entanto, vários membros advertiram contra a criação de novas instituições.
15. Alguns membros sugeriram que, em determinadas questões problemáticas de natureza política como, por exemplo, a questão da reforma da PAC ou a reforma do sistema de recursos próprios, se poderia convocar um novo tipo de conferência inter-parlamentar numa base ad hoc, onde estivessem presentes especialistas na área política em questão provenientes dos diferentes parlamentos para um debate sobre o assunto por forma a tentar resolver as dificuldades e a eventualmente abrir o caminho para a identificação de soluções, sem que isso signifique a assumpção de um papel legislativo (nem obrigatoriamente o direito de formular resoluções).

### **Próxima reunião**

16. A próxima reunião terá lugar na terça-feira, 26 de Setembro, das 10h30 às 13h00. Prosseguir-se-á com o debate sobre os mecanismos multilaterais/inter-parlamentares destinados a reforçar a participação dos parlamentos nacionais nos assuntos europeus e sobre as respectivas funções. A Presidência apelou à apresentação de contributos escritos.
  17. As reuniões seguintes terão lugar a 10 de Outubro (das 14h30 às 18h00) e a 22 de Outubro (das 14h30 às 18h00). Chama-se a atenção de que a reunião de 17 de Outubro foi cancelada por a COSAC se reunir nesse mesmo dia.
-